



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

6442 - Trabalho Completo - XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (2020)

ISSN: 2595-7945

GT03 - Movimentos sociais, sujeitos e processos educativos

**GESTÃO DEMOCRÁTICA COMO MECANISMO DE CONSOLIDAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS: O GRÊMIO ESTUDANTIL COMO INSTÂNCIA DE GARANTIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO INTEGRAL**

Ellen Simone Stutz Souto - Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP)

**GESTÃO DEMOCRÁTICA COMO MECANISMO DE CONSOLIDAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS: O GRÊMIO ESTUDANTIL COMO INSTÂNCIA DE CONSOLIDAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO**

## INTRODUÇÃO

Diante da necessidade de formação integral dos sujeitos que dependem da escola pública e da iminência de se trabalhar com a temática de Direitos Humanos é que o projeto de formação político social dos alunos do Colégio Estadual do Campo Cerrado das Cinzas – EFM foi desenvolvido durante os anos de 2016 à 2018.

A deliberação 02/2015 – CEE/PR onde dispõe sobre as Normas Estaduais para a Educação em Direitos Humanos no Sistema Estadual de Ensino do Paraná, em seu Capítulo III, Artigos 7º e 8º trata de Gestão Democrática e sua importância na consolidação dos direitos dos sujeitos, portanto, torna-se essencial que a escola seja esse espaço de vivência democrática.

Como forma de organização, o presente documento parte de uma conceituação do termo Gestão Escolar, o que também foi feito com os alunos e que será demonstrado no decorrer do texto, apontado as diferenciações necessárias quanto a concepção da Gestão da Escola Pública, compreendendo essa instituição como espaço de formação e emancipação humana.

Em um segundo momento, foi apresentado uma breve apresentação sobre a importância das instâncias colegiadas, em especial o Grêmios Estudantil como espaço de formação política.

Em seguida, partimos para uma pequena contextualização em que o projeto de formação do grêmio foi realizado, quais passos seguidos e de que forma o Grêmio do Colégio Estadual do Campo Cerrado das Cinzas atua no espaço e com a comunidade escolar nos dias atuais, dentro das determinações impostas.

## 1. GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA: UMA BREVE INTRODUÇÃO

A gestão escolar democrática é vista como um espaço de participação de consolidação cidadã, falar em democracia no interior da escolar e tratar de construção coletiva:

Um processo de aprendizado e de luta política que não se circunscreve aos limites da prática educativa mas vislumbra, nas especificidades dessa prática social e de sua relativa autonomia a possibilidade de criação de canais de efetiva participação e de aprendizado do “jogo” democráticos e, conseqüentemente, do repensar das estruturas de poder autoritário que permeiam as relações sociais e, no seio dessas, as práticas educativas. (DOURADO *apud* FERREIRA, 2006, p. 79).

Ainda nessa perspectiva Medeiro compreende que Gestão Democrática

está associada ao estabelecimento de mecanismos legais e instrucionais e à organização de ações que desencadeiem a participação social: na formulação de políticas educacionais; no planejamento; na tomada de decisões; na definição do uso de recursos e necessidades de investimento; na execução das deliberações coletivas; nos momentos de avaliação da escola e da política educacional. Também a democratização do acesso e estratégias que garantam a permanência na escola, tendo como horizonte a universalização do ensino para toda a população, bem como o debate sobre a qualidade social dessa educação universalizada, são questões que estão relacionadas a esse debate. (MEDEIROS, 2003, p.61).

o

A Constituição Federal de 1988 (CF) no Artigo 206, inciso VI, descreve a importância da consolidação da Gestão Democrática como mecanismo de efetivação da cidadania.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

VI – gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

Além da CF, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96 (LDB) em seu Artigo 14 também o faz ao dizer que:

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática de ensino

público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político pedagógico da escola;

II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Ainda no campo da legislação não podemos de deixar de citar a Resolução nº 01/2012 CNE/CP que Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, em seu 3º artigo diz que:

Art. 3º A Educação em Direitos Humanos, com a finalidade de promover a educação para a mudança e a transformação social, fundamenta-se nos seguintes princípios:

V – democracia na educação;

Ou seja, a gestão democrática além de ser uma questão conceitual, política e pedagógica passa a se configurar como uma exigência legal. No Estado do Paraná temos a Deliberação nº 02/2015 CEE - Dispõe sobre as Normas Estaduais para a Educação em Direitos Humanos no Sistema Estadual de Ensino do Paraná, em seu Artigo 3º, diz que:

Art. 3º A Educação em Direitos Humanos, com finalidade de promover a educação para a mudança e a transformação social fundamenta-se nos seguintes princípios:

V – democracia na educação;

Ainda na mesma deliberação, em seu III Capítulo diz que:

### CAPÍTULO III

#### Da Gestão Democrática

Art. 7º A gestão democrática consiste na participação como princípio de gestão, podendo ser tanto direta como indireta, por meio de consultas, assembleias e encontros, contando com mediação dos órgãos colegiados como Conselhos Escolares, Conselhos Municipais e Estaduais

Parágrafo único – A Gestão Democrática supõe a transparência de processos e atos, além de propiciar espaços democráticos que oportunizar a relação

escola/universidade/comunidade, promovendo o respeito aos direitos humanos e à diversidade em todas as suas dimensões.

Art. 8º A Gestão Democrática é reafirmada no Plano de Desenvolvimento Institucional, no Projeto Político-Pedagógico e nos Planos de Curso e concretizada nos Planos de Trabalho Docente, devendo contemplar as ações previstas para Educação em Direitos Humanos em todas as etapas, modalidades e níveis de ensino.

Parágrafo único – As instituições de ensino da educação básica e superior devem promover a formação continuada dos docentes, relacionada à Educação em Direitos Humanos, reafirmando os princípios da gestão democrática, de participação e transparência.

Ou seja, podemos perceber com a análise das legislações, que a formação integral do sujeito perpassa pela formação política. Não há possibilidade de dissociação entre a formação intelectual, social, cidadã, ética e política dos que dependem da escola pública.

O grêmio estudantil, dentro da perspectiva de formação dos sujeitos que dependem da escola pública, se torna um mecanismo de relevante significado. Ou seja, as experiências democráticas e políticas, com a consolidação do espaço de atuação estudantil, são vivenciadas na prática, podendo assim os conceitos de ética, cidadania, participação, representatividade serem trabalhados e mediados com experiências significativas e práticas.

Compreendendo a importância do grêmio estudantil Silva (2008, p.02) diz que:

o estudante tem sido um segmento social revolucionário, modificador de padrões sociais e culturais. Sempre nos grandes movimentos da história da humanidade e sua presença foi decisiva (...).

## **2. CONTEXTUALIZAÇÃO: COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO CERRADO DAS CINZAS**

O Colégio Estadual do Campo Cerrado das Cinzas atende aos anos finais Ensino Fundamental e Ensino Médio, com cerca de cento e vinte alunos matriculados nos turnos matutino e noturno. A comunidade na qual o colégio está inserida, é em sua grande maioria de filhos de empregados de grandes proprietários de terra, sendo poucos alunos que os pais possuem uma pequena propriedade rural onde tiram seu sustento.

A escola atende um raio de cem quilômetros de distância, sendo que os alunos que moram mais distante da escola percorrem cerca de duas horas no transporte escolar, ao todo são treze bairros que dependem dessa escola para formação de seus jovens. A escola está localizada à treze quilômetros da cidade de Arapoti, e pertence ao Núcleo Regional de Wenceslau Braz.

Percebemos durante as observações realizadas que não há uma identificação

dos alunos com o campo, acreditamos que isso é decorrência do currículo desenvolvido pela escola, pois o mesmo não reflete a especificidade da comunidade. Justifica-se tal falta de caracterização pois grande parte dos professores são contratados por tempo determinado, o que acaba gerando alta rotatividade, fazendo assim com que o professor não estabeleça vínculos com a comunidade e que acaba acarretando o não pertencimento à escola.

Diante desse panorama e da urgência de formação política dos alunos através dos espaços de participação democrática é que pensou-se na formação dos alunos na consolidação do Grêmio Estudantil do Colégio Estadual do Campo Cerrado das Cinzas.

A aplicação da formação dos alunos para constituição e formação do Grêmio Estudantil foi realizado no colégio pela direção, equipe pedagógica e apoio do professor de Filosofia. Justificamos a escolha do estabelecimento de ensino, por termos maior acesso e uma história já consolidada junto à comunidade. Salientamos que esse trabalho já é desenvolvido desde 2016, onde em um primeiro momento foi realizada a formação de todos os alunos sobre a importância da Gestão Democrática e a compreensão da função do Grêmio Estudantil na consolidação de um espaço de efetiva participação social.

Como forma de incentivar e valorizar o envolvimento da comunidade realizamos um Conselho de Classe diferenciado, onde o levantamento prévio é feito pela Equipe Pedagógica junto aos alunos e professores, após a tabulação dos dados e a resolução de fatos pontuais os pais são convidados a participarem do Conselho de Classe, nesse momento, são levantados os problemas e em conjuntos pensamos nas possíveis soluções.

Acreditamos e defendemos que a escola precisa estar aberta à comunidade, somente assim conseguiremos garantir um espaço de qualidade, onde todos prezam pelo bom andamento do ensino de nossos alunos.

Diante dessa realidade diversa, dos problemas apresentados pela comunidade é que tornou-se urgente a importância do trabalho com os alunos sobre Democracia para constituição do Movimento Estudantil com caráter político, dentro do espaço escolar.

Conforme relatos apresentados observa-se que a escola já possui uma caminhada quando se trata de Gestão Democrática, pois oferece momentos de participação da comunidade, buscando assim atender as necessidades e anseios, mesmo que as práticas em sala de aula não dê conta das especificidades do campo.

### **3. PROJETO DE FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DO GRÊMIO ESTUDANTIL NO COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO CERRADO DAS CINZAS**

A necessidade de consolidação da gestão democrática é de promover espaços de participação aos sujeitos envolvidos no processo educativo e principalmente de efetivar um espaço formativo aos alunos para que o Grêmio Estudantil do Colégio pudesse ser implantado e implementado como mecanismo de controle social e efetivação de um espaço de participação.

No ano de 2016 foram realizadas oficinas com todas as turmas do Colégio pela direção, onde em um primeiro momento foram discutidos com os alunos temas sobre política, ética e cidadania. O objetivo principal era conscientização do papel do estudante na constituição da Gestão Democrática. Após esses momentos de discussão, com todas as

turmas, em momentos separados, começamos a fazer um caminho histórico sobre o Movimento Estudantil no Brasil, apresentado fatos políticos em que os estudantes estiveram atuando como militantes.

Em um terceiro momento estivemos trabalhando o Estatuto do Grêmio Estudantil, com todos os alunos, para que conhecessem a real função de tal instância, para a partir dessa consciência social e política abriremos as inscrições das chapas.

Ainda no ano de 2016, após a inscrição de 5 chapas, em uma escola com apenas 120 alunos, foi realizado uma oficina com as mesmas para que soubessem como montar um plano de ação e definir as normas para a eleição. Em dia pré-determinado, realizamos o debate entre as chapas, para logo em seguida prosseguir com a eleição, com voto direto e secreto de todos os alunos regularmente matriculado no colégio.

Após a eleição foi efetivada a posse, e toda semana a chapa se reunia para leitura e estudo de temas previamente selecionados, que pudessem auxiliar na formação política e definir as estratégias de atuação frente o plano de ação previamente elaborado.

Paro (2005, p.17) fala da importância desse momento ao dizer que:

A participação da comunidade no âmbito da prática escolar, como todo processo democrático, é um caminho de se refletir previamente a respeito dos obstáculos e potencialidades que a realidade apresenta para a ação.

Em 2018 o trabalho foi novamente realizado, tanto de formação dos alunos como de eleição da nova diretoria do Grêmio. Justificamos tal ação pois o mandato do Grêmio Estudantil de acordo com o estatuto da instância é de dois anos.

Após a eleição da diretoria do grêmio a Câmara de Vereadores lançou para as escolas o Projeto “Câmara Jovem”, onde os estabelecimentos que tinham um grêmio estudantil atuante deveriam realizar uma eleição interna para indicar o Vereador Jovem que iria representar o Colégio. No Colégio Estadual do Campo Cerrado das Cinzas, ficou contatado como vencedor dos votos o presidente do Grêmio Estudantil, que atua como Vereador Jovem, propondo intervenções à Câmara de Vereadores de acordo com a necessidade.

Sabemos que a formação desses jovens é um processo, não se finda em um único momento ou ação, por isso, sempre estamos reunidos em grupos de estudos para discutir, debater e propor alternativas. Acreditamos que a consolidação dos direitos humanos e da democracia só acontecerá a partir da formação integral desses jovens. E confirmamos essa crença nas falas de Paro (2005, p10) que diz:

Se queremos uma escola transformadora, precisamos transformar a escola que temos aí. E a transformação dessa escola que temos aí. E a transformação dessa escola passa necessariamente por sua apropriação por parte das camadas trabalhadoras. É nesse sentido que precisam ser transformados o sistema de autoridade e a distribuição do próprio trabalho no interior da escola.

Partindo dessa compreensão de que a formação dos sujeitos é um processo e que para tanto precisa de planejamento e projetos, é essencial o entendimento do que é projeto,

para Gadotti (2000, p. 56), todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro:

Projetar significa quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinada ruptura. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível comprometendo seus atores e autores.

Ou seja, é traçar metas e objetivos futuros, lançar se aos sonhos e intenções, compreendendo as determinações e limites a qual ficamos condicionados. Esperar um futuro melhor, acreditar que há possibilidade de transformação dos sujeitos e que a educação é um meio de emancipação humana.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar a gestão democrática a partir dos sujeitos que estão na escola é uma forma de consolidar a função social da escola pública. Torna-se necessário e essencial que a escola proporcione espaços de formação política e cidadã a seus alunos.

Sabemos que só o processo de formação dos alunos para a formação e consolidação do Grêmio Estudantil não efetiva a Gestão Democrática, mas é o primeiro passo para a efetivação de um espaço de formação social, política e ética, onde os alunos, que são os principais agentes do processo educativo, vivenciam de forma prática a atuação cidadã.

Para tanto, torna-se imprescindível compreender a função social da escola, como agente de consolidação de práticas educativas democráticas e o grêmio como espaço de vivência política.

Pois conforme afirma Silva (2008, p.02)

Historicamente, o estudante tem sido um segmento social revolucionário, modificador de padrões sociais e culturais. Sempre nos grandes movimentos da história da humanidade a sua presença foi decisiva [...]

Ou seja, se idealizamos uma sociedade mais justa e igualitária o primeiro passo é a formação dos alunos para a consolidação de um cidadão atuante e político. Saviani (1996, p. 50) ainda ressalta que:

[...] se não nos é dado criar as novas instituições, independentemente das atuais. Nós temos que atuar nas instituições existentes, impulsionando-as dialeticamente na direção dos novos objetivos. Do contrário, ficaremos inutilmente sonhando com instituições ideais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição (1998). Constituição Federativa do Brasil: promulgada em 05 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas emendas constitucionais nº 1/92 e 28/2000 e Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94 Brasília: Senado Federal Subsecretaria de Edições Técnicas, 2000.p. 393.

BRASIL. Constituição (1998). Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em< <http://www.mec.gov.br>>.

BRASIL. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos - PNEDH / Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2013.

CEE/PR – Conselho Estadual de Educação do Paraná – Deliberação 02/2015 – Dispõe sobre as Normas Estaduais para a Educação em Direitos Humanos no Sistema Estadual de Ensino do Paraná. Abril, 2015.

FERREIRA, Naura S. Carapeto (org.). **Gestão Democrática da Educação: Atuais tendências, novos desafios**. 5. ed. São Paulo, Cortez, 2006.

MEC/CNEDH – Conselho Nacional de Educação em Direitos Humanos, Diretrizes de Educação em Direitos Humanos, Resolução Nº 01 de 30/05/2012.

MEDEIROS, I.L. **A gestão democrática na rede municipal de educação de Porto Alegre de 1989 a 2000- a tensão entre reforma e mudança**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. Dissertação (Mestrado em Educação). Porto Alegre, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública**. São Paulo: Editora Ática, 2005.

SAPELLI, Marlene Lúcia Siebert. **Função Social da Escola Pública**. Disponível em: <http://www.olhoscriticos.com.br/modules/smartsction/print?item>. Acesso em 23/03/2010.

SAVIANI, Dermeval. **Educação do Senso Comum à Consciência Filosófica**. 11ªed.



Campinas: Autores Associados, 1996. Coleção Educação Contemporânea.

SEED – Secretaria da Educação do Estado do Paraná-Portal Educacional do Estado do Paraná. Grêmios Estudantis. Disponível em: [www.diadiaeducacao.pr.gov.br/portals/portal/gremio/](http://www.diadiaeducacao.pr.gov.br/portals/portal/gremio/). Acesso em 24 de abril de 2012.

SILVA, Willian Pereira da. **Grêmios Estudantis**. Recanto das Letras, 2008. Disponível em: Acesso em 01 de jun. de 2019.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Construção do Conhecimento em Sala de Aula**. São Paulo: Cadernos Pedagógicos do Libertad, 1994.